

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS
AMBIENTAIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO DE PRODUTOS
DE USO PESSOAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

VITHOR CARLOS SILVA MACHADO

Orientadora: Prof.^a Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2015

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**O ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES VOLUNTÁRIAS
AMBIENTAIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SEGMENTO DE PRODUTOS
DE USO PESSOAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

VITHOR CARLOS SILVA MACHADO

Orientadora: Prof.^a Ma. ELIENE APARECIDA DE MORAES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Contábeis da UniRV – Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

RIO VERDE - GOIÁS

2015

MACHADO, Vithor Carlos Silva.

O índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBOVESPA / Vithor Carlos Silva Machado. - Rio Verde. - 2015.

55 f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) apresentado à Universidade de Rio Verde – UniRV - Faculdade de Ciências Contábeis, 2015.

Orientadora: Prof.^a. Ma. Eliene Aparecida de Moraes.

1. Evidenciação. 2. Ambientais. 3. Empresas brasileiras.



UniRV
Universidade de Rio Verde

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TERMO DE APROVAÇÃO DA MONOGRAFIA OU ARTIGO

**UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

TERMO DE APROVAÇÃO

O índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBovespa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo acadêmico Vithor Carlos da Silva Machado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado em 03 de dezembro de 2015 pela banca examinadora constituída por:

Prof. Ma. Eliene Aparecida de Moraes

Prof. Esp. Bruno Sabino de Sousa

Prof. Ma. Débora Ferguson

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível. Em segundo meus pais por acreditarem em mim e no meu potencial, pelos incentivos nas horas difíceis, e por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço também os familiares, amigos e companheiros de curso, pelos momentos complicados, alegres, divertidos que passamos durante todos os anos de universidade. Espero que de agora para frente fiquem as lembranças boas e que todo o conhecimento seja colocado e prática, seja no dia ou na vida pessoal.

RESUMO

MACHADO, Vithor Carlos Silva. **O índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras do segmento de uso pessoal listadas na BM&F BOVESPA**. 2015. 55p. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Ciências Contábeis) – UniRV- Universidade de Rio Verde, Rio Verde, 2015. ♦

A presente pesquisa apresenta como objetivo realizar a análise do índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras do segmento de uso pessoal listadas na BM&FBOVESPA. A escolha desse tema se deu devido a crescente preocupação da sociedade e investidores em verificar as ações desenvolvidas pelas empresas para com o meio ambiente. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória realizada através do método dedutivo, pois trata de teorias já existentes, e o método de coleta de dados é indireto visto que buscou informações em relatórios já publicados. Para chegar aos resultados foram analisadas Demonstrações Financeiras Padronizadas, Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios da Administração, entre outros, dos anos de 2009 a 2013, onde foi utilizado o sistema binário para análise do conteúdo e posteriormente os quartis para classificação dos percentuais de divulgação. Através desta análise foi possível verificar que nos anos em questão houve um índice satisfatório de evidenciação, tendo destaque o ano de 2013, onde dos 37 quesitos possíveis, 30 foram divulgados. Notou-se ainda que apesar da queda no número de quesitos divulgados de 2009 para 2010, houve um crescimento gradual para os demais anos.

Palavras-Chave: Evidenciação, ambientais, empresas brasileiras.

♦ Banca Examinadora: Prof.^a Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Orientadora); Prof.^o Bruno Sabino de Souza – UniRV; Prof.^a Ma. Débora Ferguson – UniRV.

ABSTRACT

MACHADO, Vithor Carlos Silva. **The disclosure index of voluntary environmental information of Brazilian companies in the personal segment listed on the BM&F BOVESPA.** 2015. 55p. Work of Conclusion Course II (Graduation in Accountant Sciences) – UniRV- University of Rio Verde, Rio Verde, 2015. ♦

This research has aimed to make the analysis of disclosure index of voluntary environmental information of Brazilian companies in the personal segment listed on the BM&FBOVESPA. The choice of this theme was due to growing concern of the society and investors to check the actions taken by companies as to the environment. This research is characterized as exploratory, conducted through the deductive method as it comes from existing theories, and the data collection method is indirect as they sought information on reports already published. To reach the results were analyzed the Standardized Financial Statements, Sustainability Reports, Management Reports, among others, donate years of 2009 to 2013, where we used the binary system to analyze the content and after the then quartiles for the classification of the disclosure percentage. Through this analysis we found that in the years in question there was a satisfactory rate of disclosure, and highlighting the year of 2013, where the 37 possible questions, 30 were released. It was noted also that despite the drop in the number of questions published from 2009 to 2010, there was a gradual growth in the remaining years.

Keywords: Disclosure, environmental, Brazilian companies.

♦ Examining board: Teacher Ma. Eliene Aparecida de Moraes – UniRV (Advisor); Teacher Bruno Sabino de Souza – UniRV; Teacher Débora Ferguson – UniRV.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Modelo da teoria dos <i>stakeholders</i> de Freeman	19
----------	-----------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Percentual de divulgação de informações ambientais por pontuação	31
-----------	------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Instrumento de coleta de dados de informações ambientais	27
QUADRO 2	Evidenciação de políticas ambientais	27
QUADRO 3	Evidenciação de sistema de gerenciamento ambiental	28
QUADRO 4	Evidenciação de impactos dos produtos e processos.....	28
QUADRO 5	Evidenciação acerca das políticas de energia.....	28
QUADRO 6	Evidenciação de informações financeiras ambientais	29
QUADRO 7	Evidenciação da categoria educação, pesquisa e treinamento ambiental	29
QUADRO 8	Evidenciação da categoria mercado de créditos de carbono	29
QUADRO 9	Evidenciação de outras informações ambientais	30
QUADRO 10	Divulgação das categorias ambientais analisadas por ano.....	32
QUADRO 11	Definição dos limites dos quartis.....	35
QUADRO 12	Classificação por quartis	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

GRI – *Global Reporting Initiative*

IOC2 – Índice de Carbono Eficiente

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Contextualização do problema de pesquisa.....	11
1.2 Problema de pesquisa.....	11
1.3 Objetivo geral.....	12
1.4 Objetivos específicos.....	12
1.5 Delimitação da pesquisa.....	12
1.6 Justificativa e relevância da pesquisa.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Sustentabilidade.....	16
2.2 Divulgação de informações socioambientais.....	18
2.3 Informações obrigatórias versus informações voluntárias.....	21
2.4 Informações voluntárias ambientais.....	23
3 PROCEDER METODOLÓGICO.....	25
3.1 Classificação da pesquisa.....	25
3.2 População, amostra e período de estudo.....	25
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	26
3.4 Análise de dados.....	30
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	31
4.1 Análise dos dados.....	31
4.1.1 Análise de Divulgação por categoria ambiental.....	32
4.1.2 Classificação dos percentuais de divulgação voluntária ambiental por quartis.....	35
5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
APÊNDICES	46

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização do problema de pesquisa

Segundo Barbosa (2008) na década de 1960, se iniciaram os discursos em relação ao crescimento urbano no Brasil, a partir deste momento surgiram questões sobre um futuro incerto, levando em questionamento a atitude e participação do homem no planeta.

Conforme Vecchiatti (2004) a preocupação estaria então em identificar os tipos de crescimento, os custos e os resultados de impactos ambientais causados pelo homem, ou seja, a incompatibilidade do crescimento econômico com o socioambiental.

Devido à crescente exigência por parte da sociedade, investidores e instituições financeiras, e as empresas veem a necessidade e a importância em divulgar e evidenciar as informações relacionadas às suas práticas sociais e ambientais (GALLON; ENSSLIN, 2008).

Segundo Murcia (2009) identificar, produzir a informação e divulgá-la é o processo que auxilia o usuário a na tomada de decisão, sejam elas informações obrigatórias ou de âmbito voluntário, ambas exercem papel de facilitadora.

Com intuito de facilitar à tomada de decisão do usuário a divulgação voluntária surge do ponto que seus resultados superem seus custos (MURCIA, 2009).

Dentro deste contexto sugere-se iniciativas das empresas em relação a divulgação voluntária, o trabalho tem por foco a divulgação de informação voluntária ambiental, no sentido de identificar o índice de evidenciação de divulgação de informação voluntária de caráter ambiental nas empresas listadas na BM&FBovespa, segmento de uso pessoal.

1.2 Problema de pesquisa

Qual é o índice de divulgação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa?

1.3 Objetivo geral

Para a presente pesquisa propõe-se o seguinte objetivo geral: Identificar o índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

1.4 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Conceituar sustentabilidade;
- Definir divulgação de informações contábeis socioambientais;
- Diferenciar informações voluntárias de informações obrigatórias;
- Apresentar as informações voluntárias ambientais no cenário brasileiro;
- Analisar as divulgações de informações voluntárias ambientais.

1.5 Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa delimita-se ao estudo da divulgação de informações ambientais voluntárias das empresas brasileiras do segmento de produtos de uso pessoal listadas na BM&FBovespa.

1.6 Justificativa e relevância da pesquisa

A grande preocupação com as questões prejudiciais ao meio ambiente, as quais se relacionam a grande utilização de recursos naturais para a produção está ligado à degradação, desmatamento e extinção de espécies existentes na natureza (LASSU, 2014).

Visando a preservação de espécie existentes na natureza e do meio ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente o (CONAMA), traz em suas resoluções as atividades que estão interligadas direta e indiretamente com o meio ambiente, ou seja que possa trazer um risco ou impacto negativo.

O fator que foi levado em consideração para o desenvolvimento da pesquisa, encontra-se na questão: a atuação das empresas listadas na BM&FBovespa do setor de uso pessoal, conforme a Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 237 de 19 de

Dezembro de 1997 está entre os setores de alto impacto ambiental, observando que boa parte da produção é composta de recursos naturais.

Seja pela prática de reflorestamento, ou por projetos renováveis ou recicláveis, tal informação que não é classificada como informação obrigatória, está sendo divulgada voluntariamente para influenciar ou trazer evidências aos resultados que podem ser obtidos (COELHO *et al.*, 2013). São questões que podem sugerir que a administração divulgue-as para que os usuários ou *stakeholders*¹ possam utilizá-las na tomada de decisão (BUSCH; RIBEIRO, 2009).

Após ampla pesquisa na literatura nacional, observaram-se vários trabalhos que buscaram analisar o índice de divulgação de informações voluntárias em relatórios contábil-financeiros. Dentre estas pesquisas, destacam-se aqui as seguintes:

Murcia (2009) buscou analisar e identificar os fatores que explicam o nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no Brasil. Nos resultados de Murcia (2009), constatou-se que a Agência Nacional de Energia Elétrica parece influenciar para melhorar o *disclosure* ambiental, ou seja, quando as empresas são controladas pelo Estado, trazem resultados positivos para o nível de *disclosure* voluntário das empresas.

A pesquisa de Rover (2013) teve como objetivo investigar a relação entre o *disclosure* voluntário socioambiental e o custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil. Rover (2013) identificou através de relatórios de sustentabilidade que estão de acordo com as diretrizes do GRI², que o impacto do *disclosure* socioambiental segue a mesma margem do custo de capital próprio entre as empresas brasileiras.

A pesquisa de Moreira *et al.* (2014) procurou identificar na percepção dos gestores das maiores empresas setor de energia elétricas do país, quais os aspectos que influenciam para a divulgação de informações voluntárias socioambientais, a pesquisa apontou que são fortes as questões de competitividade no mercado, a imagem positiva das empresas, novas fontes de financiamentos e a prevenção de impactos danosos economicamente. Ressaltou ainda, que os gestores concordam com a divulgação de informação voluntária socioambiental, pois contribui para o desenvolvimento da sociedade e funcionários, juntamente com o aspecto de proteção do meio ambiente.

Na pesquisa de Rufino e Monte (2014) a busca foi pelos fatores que influenciam para a divulgação de informação voluntárias das 100 empresas não financeiras listadas na

¹ *Stakeholders* (partes interessadas) é uma teoria na qual aponta-se a relação da empresa com indivíduos internos e externos, que de alguma forma estão interligados (BUSCH; RIBEIRO, 2009).

² GRI (Global Reporting Initiative), é uma organização que tem por objetivos integrar a divulgação de informações ambientais, sociais de governança das entidades (ROVER, 2013).

BM&FBovespa que possuem as ações mais negociadas no ano de 2012, os resultados apontaram a rentabilidade da empresa, o tamanho da entidade e a sustentabilidade (aspectos sociais, econômicos e ambientais), como fontes que influenciam para a divulgação de informação, deste modo, as empresas devem tentar divulgar o máximo de informação as quais sejam relevantes, para que sirva a todos os usuários.

Macêdo *et al.* (2014) buscaram entre as companhias abertas listadas no Índice de Carbono Eficiente (IOC2) da BM&FBovespa, as informações voluntárias ambientais que são evidenciadas por tais empresas. Os autores identificaram que as informações relacionadas aos impactos dos produtos são menos evidenciadas, destacou ainda, a importância de se adotar práticas para divulgar tais informações, neste contexto, as empresas deixam de lado um importante fator que pode contribuir para aumentar a transparência perante o mercado.

Deste modo o foco da pesquisa é analisar se as empresas do segmento de uso pessoal listadas na BM&FBovespa estão realmente preocupadas com as questões ambientais, se além das informações ambientais, as empresas desenvolvem formas, projetos e procedimentos ambientais que geram impactos positivos no meio ambiente. E se esses procedimentos são divulgados a partir de relatórios voluntários.

Com intuito de fornecer aos usuários uma visão mais ampla das organizações analisadas, a pesquisa irá por meio de relatórios divulgados voluntariamente trazer a relação das organizações com as questões ambientais, no intuito de contribuir com a visão interna da organização, afim de somar nas decisões dos usuários internos, sejam eles, sócios, colaboradores, usuários externos, sociedade e investidores.

Esta pesquisa também contribuirá para a formação acadêmica, pois amplia o conhecimento sobre a divulgação de informação voluntária, deste modo aponta as empresas que contém uma melhor postura em relação às questões ambientais, conquistando assim, maior apreciação perante a sociedade e a partes interessadas. Consequentemente, a sociedade enxergará os verdadeiros interesses e perspectivas que as empresas tem em relação com as questões ambientais e sociais, a partir da transparência de seus atos, e de seus objetivos, visando sempre a qualidade de vida e a preservação do ambiente como um todo.

A pesquisa é relevante para o pesquisador, pois além de agregar conhecimentos, servirá como fonte para futuras pesquisas relacionadas ao assunto, e também como material literário para os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis. Além da pesquisa, analisar dados mais recentes quando comparado com as pesquisas já realizadas que focam em alguns pontos, como a política ambiental, outras somente nos custos da divulgação voluntárias e outras na tomada de decisão dos gestores. Sendo assim a pesquisa, tem como foco somente a informação

ambiental divulgada voluntariamente que possam influenciar nos índices de divulgação voluntária.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será abordado o conceito de sustentabilidade, a diferenciação de informações obrigatórias de informações voluntárias, também será tratada a definição de divulgação de informações e apresentadas às informações voluntárias ambientais no cenário brasileiro.

2.1 Sustentabilidade

A grande preocupação com a questão sustentável se intensificou na revolução industrial pela visão da grande degradação do meio ambiente causada pelo homem, infelizmente este foi só mais um acontecimento externo (LASSU, 2014).

A partir da década de 70 este assunto tornou-se parte das reuniões da ONU³, onde a grande preocupação foi o meio ambiente, visto como consequência da grande utilização de recursos naturais como: o carvão e o petróleo, conceituados como fontes minerais (LASSU, 2014).

Dentre as várias definições empregadas a sustentabilidade, Medeiros(2011) a define como termo empregado às ações e atividades humanas que têm como função colocar em prática o desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente, visando que tais recursos sejam mantidos no futuro.

Bursztyn (2001) relata que a sustentabilidade é a forma solidária e ética que deve haver entre povos, tanto da sociedade atual para com os indivíduos do mesmo grupo, mas também com as gerações posteriores.

Conforme Mikhailova (2004) sustentabilidade de maneira lógica é a capacidade de se sustentar ou manter-se, está relacionado com a atividade sustentável, que é a forma de manter o recurso por um tempo mais longo. Ainda conforme Mikhailova (2004), a classificação de sociedade sustentável é aquela que não se utiliza os recursos naturais em excesso para que tais, não sejam colocados em situação de risco.

³ ONU (Organização das Nações Unidas) é uma organização composta por vários países, e tem a finalidade de trabalhar pelo desenvolvimento mundial e pela paz (LASSU, 2014).

Conforme Jacobi (2003) a ideia da sustentabilidade significa estabelecer limites na degradação e na poluição causada pelos resíduos descartados no meio ambiente. As práticas sustentáveis podem estar dentre as formas de estabelecer um desenvolvimento sustentável, a participação da sociedade através de iniciativas que sejam relevantes, os valores éticos e as atitudes da sociedade são grandes barreiras a serem ultrapassadas, ou seja, as práticas sociais adotadas pela sociedade implicam e dificultam o desenvolvimento de práticas ambientais e projetos sustentáveis (JACOBI, 2003).

Segundo Estender e Pitta (2008) o processo de transformação na produção relacionado à grande utilização de recursos é considerado, a grande essência do desenvolvimento sustentável. Ainda no pensamento de Estender e Pitta (2008), deve-se procurar desenvolver tecnologias e práticas que possam auxiliar no racionamento dos recursos, ao qual possa influenciar de maneira positiva nas necessidades humanas.

Bursztyn (2001) ressalta que a sustentabilidade está ligada a forma de pensar, agir e a conduta exercida pelo indivíduo. Os acontecimentos apontam que a humanidade atualmente está relacionada diretamente com o poder de autodestruição, caracterizado pelas guerras, a evolução da tecnologia, o desenvolvimento de armas, e a grande destruição do meio ambiente (BURSZTYN, 2001).

Diante deste cenário, o desenvolvimento sustentável ou a sustentabilidade não é simplesmente uma forma das organizações serem bem vistas, mas sim, uma necessidade que está sendo imposta pela sociedade (PEDROSO, 2007).

Segundo Pedroso (2007) melhorar a reputação ou classificar as práticas e a divulgação de informações sustentáveis como um modismo, não está mais entre as principais ideias das organizações, então podemos descrever que as organizações estão tentando colocar em prática os princípios e conceitos da sustentabilidade como um fator importante para tomada de decisão da gestão.

Conforme Estender e Pitta (2008) e Pedroso (2007) as organizações que adotam as práticas sustentáveis e o desenvolvimento sustentável como fator presente seja na gestão ou na produção, devem analisar as questões econômicas, ambientais e sociais. A partir destes requisitos, observamos que a sustentabilidade evolui e hoje é composta por três pilares: o pilar econômico, o pilar social, e pilar ambiental.

O pilar econômico é considerado de grande importância para os investidores (OLIVEIRA *et al.*, 2012). É o alicerce que tem como função, gerar lucro influenciando a geração de empregos, procurando melhorar as condições sociais da sociedade, obtendo o lucro,

a partir do compromisso e da responsabilidade, resultando em um retorno econômico e social a todos os envolvidos (MUNCK; SOUZA, 2011).

O pilar social está ligado com as iniciativas que são adotadas por parte das empresas e do governo, como combate à fome, desigualdade social, a saúde e a educação (BARBOSA, 2008). Define-se como a forma significativa de pensar em ajudar ao próximo, como parte de uma mesma classe social promovendo a qualidade de vida (ESTENDER; PITTA, 2008).

O último, mas não menos importante é o pilar ambiental, que é considerado o prevenir ou o não poluente, analisa as possibilidades que as entidades têm para não atingir os recursos naturais de maneira negativa (MUNCK; SOUZA, 2011). Essa categoria trata dos fatores como: poluição e a redução de resíduos descartados pelas entidades, englobando os seres vivos e não vivos em um ecossistema (DALÉ; HANSEN; ROLDAN, 2010).

Todos os pilares influenciam nos relatórios que contém informações sustentáveis (OLIVEIRA, 2005). Independente da prática adotada seja ela ambiental, social ou econômica, todas as práticas podem refletir uma imagem positiva da empresa, mas muitas empresas encontram dificuldades em associar todos os pilares em seus relatórios, algumas focam em questões sociais, outras em questões ambientais, e muitas em questões econômicas (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Tais informações econômicas, sociais e ambientais são encontradas em relatórios divulgados voluntariamente pelas empresas, relatórios financeiros, notas explicativas, balanço social, informações que podem explicar as práticas e projetos desenvolvidos pelas organizações (OLIVEIRA, 2005).

2.2 Divulgação de informações socioambientais

Filho (2007) define “socioambiental” como termo empregado a entidade que por meio de suas responsabilidades sociais tenha relação com aspectos ambientais, ou vice-versa, responsabilidades ambientais relacionados a aspectos sociais.

Para Cabestré, Graziadei e Filho (2008), as atividades e atitudes que contenham valores morais e éticos que possam trazer retorno, e que tenham como intuito de diminuir os impactos ambientais causados pelas organizações no ambiente onde estão inseridas, é assim chamado de responsabilidades social.

Segundo Filho (2007), as organizações vêm se apropriando muito deste termo “socioambiental” em suas divulgações de informações, com intuito que tal desperte o interesse no público alvo para as questões e aspectos sociais e ambientais.

Conforme Orellano e Quiota (2011), o socioambiental surge da iniciativa das organizações que tenham como visão a maior competitividade no mercado, defendendo o argumento de que mesmo que a informação socioambiental gere custos, o seu retorno a curto ou longo prazo pode ser positivo, e bem maior quanto comparado aos custos gerados.

Orellano e Quiota (2011) ressaltam que a responsabilidade social e ambiental está ligada diretamente com o socioambiental empresarial, conceituado como a organização que evolui a sua gestão, no intuito de atingir vários usuários da informação, sejam eles por interesses financeiros ou não financeiros.

Busch e Ribeiro (2009) definem que, a empresa considerada socioambiental, é aquela à qual a administração forneça informação que englobe os diversos interesses, não só com maximização de lucros dos acionistas, mas que considere também os interesses dos clientes, fornecedores, colaboradores e da sociedade.

Segundo Cunha e Ribeiro (2008) a informação contábil exerce o papel de informar a todos os usuários (sócios, financiadores, empregados, governo) por meio de relatórios tradicionais (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, dentre outros) os quais fornecem informações financeiras e econômicas.

Tendo como exemplo, diversos interessados, está à teoria de *stakeholders* (partes interessadas) de Freeman. A teoria considera a sobrevivência da organização, juntamente com os indivíduos aos quais foram ou possam ser atingidos com as tomadas de decisão da organização (BUSCH; RIBEIRO, 2009).

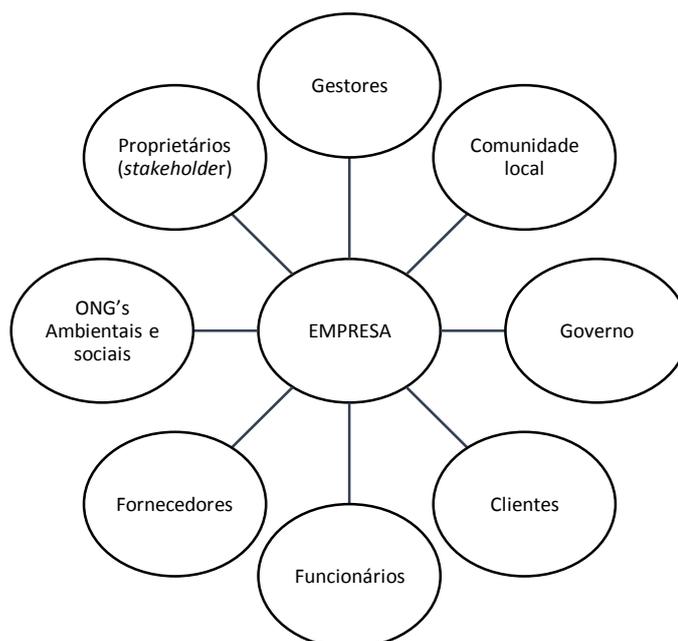


Figura 1: Modelo da teoria dos *stakeholders* de Freeman.
Fonte: Freeman (2000) apud Busch e Ribeiro (2009).

Nesse modelo os proprietários são os *stakeholders*, acionistas e sócios que tenham uma porcentagem em cotas ou ações, as quais se esperam retorno econômico, ou seja, interesse financeiro, maximização de riqueza (SILVEIRA; YOSHINAGA; BORBA, 2004).

Os funcionários ou empregados são os indivíduos aos quais possuem a vida pessoal ligada diretamente com a organização, onde fornecem seus serviços em troca de remuneração, benefícios e estabilidade financeira (FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004).

Os fornecedores são considerados componentes que suprem as necessidades do processo de produção, pois fornecem matérias-primas e também contribuem para a continuidade da empresa (CAMPOS, 2006; BUSCH; RIBEIRO, 2009).

Clientes e consumidores são os principais fatores que contribuem para a rotatividade da empresa, pois disponibilizam seus recursos financeiros importantes para a empresa, em troca de produtos ou serviços da empresa (FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004).

O governo estabelece e determina normas que as empresas devem seguir, quanto a sua forma de funcionalidade no mercado, e a empresa por sua vez, tenta de alguma forma ajudar o governo nos problemas sociais e ambientais (CAMPOS, 2006; BUSCH; RIBEIRO, 2009).

As empresas necessitam de uma boa imagem perante as organizações não governamentais, em relação a fatores ambientais e sociais, pois as organizações podem prejudicar ou evitar a compra de produtos da empresa (BUSCH; RIBEIRO, 2009).

A comunidade local garante que a empresa se instale em tal localidade, em troca, de empregos e benefícios à comunidade levando a empresa a se preocupar com aspectos que não poluam, ou seja, que não contribuam de forma negativa a comunidade (CAMPOS, 2006; BUSCH; RIBEIRO, 2009).

Os gestores além de funcionários são observadores das necessidades relacionadas a aspectos ambientais e sociais, sem colocar de lado os interesses dos investidores e estão ligados a tomada de decisão para usuários internos, (retorno de benefícios a investidores) e a usuários externos, ou seja, que contribua com o sócio ambiental (SILVEIRA; YOSHINAGA; BORBA, 2004; BUSCH; RIBEIRO, 2009).

A relação entre os usuários internos e os usuários externos se forma a partir da transmissão de informações da entidade para o mercado, exercendo assim o papel de auxiliar ambos ou usuários nos processos de decisão (MURCIA, 2009).

Visando tornar mais visível as suas ações, as organizações disponibilizam seus relatórios através de meios de comunicação, um meio bastante utilizado, é a internet (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007). Tal informação relata como as empresas estão tentando se relacionar com a grande preocupação, o meio ambiente e o futuro, garantindo maior

confiança de seus colaboradores, usuários, e principalmente de seus clientes (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007).

Utilizando-se dessas informações ou relatórios voluntários, podemos citar o balanço social onde, as informações contidas nele devem estar compostas dos requisitos da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 (Resolução CFC nº 1.003/2004) que trata dos pré-requisitos a serem apresentados principalmente no balanço social. Neste mesmo contexto, a NBC T 15 tem como objetivo, “informar a sociedade as responsabilidades sociais e ambientais da entidade”, independente se tais informações foram ou não retiradas da contabilidade.

2.3 Informações obrigatórias *versus* informações voluntárias

O CPC 00 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011) define que as demonstrações contábeis têm por base fornecer informações que supram as necessidades dos usuários, visando que por sua vez a utilização das informações para tomada de decisão.

Neste contexto Rover (2008) define que a divulgação de informação seja ela, obrigatória ou voluntária, têm a finalidade de fornecer a informação necessária a diversos usuários. Ainda conforme Rover (2008) e Moraes (2014), a informação obrigatória é caracterizada por ter regulação, a qual é elaborada de maneira impositiva, ou por se caracterizar como uma obrigação presente na entidade, já a informação voluntária é caracterizada, por ser emitida com a proposta dos interesses da entidade e tem papel de somar ou esclarecer a divulgação obrigatória já emitida, então não pode ser caracterizada como uma informação obrigatória.

Para Moraes (2014) no cenário brasileiro a informação obrigatória detém de uma característica importante, onde a mesma é originária de alguma normativa dos agentes reguladores gerais ou de cada setor. Observando que, a informação obrigatória ou a regulação da informação contábil atua de forma impositiva, pois colocam em evidencia os resultados das organizações, deste modo, quando se trata de divulgação da informação obrigatória para algumas atividades ou setores, tal divulgação pode não ser vista como um ponto positivo. (MOREIRA; FILHO; GOMES; CONCEIÇÃO, 2014)

Neste mesmo contexto as informações voluntárias surgem da intenção de conseguir novos usuários, mais especificadamente investidores (VAZ *et al.*, 2010). Assim, as empresas que divulgam informações financeiras e não financeiras identificadas como informações adicionais, ou seja, que ultrapassam as obrigatórias, tais como, ambientais, sociais e econômicas

augmentam o potencial da informação, resultando e refletindo na confiança passada pela empresa perante o mercado (VAZ *et al.*, 2010).

Conforme Cunha e Ribeiro (2008), embora exista muita divulgação de informação financeira obrigatória, é importante entender como incentivo à divulgação voluntária, uma melhor imagem perante o mercado, aproveitamento da redução de custos em relação a divulgações passadas, participações em premiações, visando maior índice de lucratividade, dentre outros, estas agregações somente acontecem na ausência de regulamentação.

Dentre as formas de divulgação de informações financeiras sejam obrigatórias ou voluntárias, no mercado brasileiro a administração é quem decide por sua divulgação, no entanto, somente há incentivo para a divulgação de informações voluntárias se os gastos com sua divulgação forem inferiores aos benefícios que a empresa espera receber com a divulgação desta informação voluntária (CUNHA; RIBEIRO, 2008).

Moraes (2014) ressalta que nem sempre a divulgação voluntária acrescenta ou traz clareza à divulgação obrigatória, a própria divulgação obrigatória pode ser utilizada para trazer o equilíbrio e o entendimento das informações voluntárias apresentadas. Buhr e Freedman (1996), citado por Moraes (2014), afirmam que o ambiente com maior regulação das informações, ou seja, informações obrigatórias influenciam no índice de divulgação de informação voluntária.

Rover *et al.* (2012) ressaltam que mesmo que existam informações financeiras obrigatórias, os gestores das empresas possuem ainda, informações não obrigatórias que são importantes para avaliação do valor da empresa, se o objetivo do gestor é potencializar o valor de mercado o mesmo irá divulgar tal informação, mesmo que haja custo, considerando que o equilíbrio está no favorecimento do valor de mercado.

Ainda conforme Rover *et al.* (2012), no Brasil as informações obrigatórias ou compulsórias são aquelas exigidas por regulamentos e leis, no entanto a divulgação de informação de caráter social e ambiental são consideradas divulgações voluntárias que estão baseadas em recomendações, orientações, cartilhas, dentre outros.

Conforme Moraes (2014) deve-se observar que para determinados setores da economia, especificamente para aqueles que possuem regulamentação específica, pode haver manuais que impõem a divulgação de determinadas informações de caráter social e ambiental, no entanto, estas informações para estes setores serão consideradas informações obrigatórias, mas, para os demais setores que não possuem este tipo de regulação, estas informações de caráter social e ambiental são tratadas como informações voluntárias.

Como o foco desta pesquisa é nas informações ambientais de caráter voluntário para o setor de uso pessoal, então, na seção seguinte serão abordadas em mais detalhes as informações ambientais que são consideradas voluntárias no Brasil.

2.4 Informações voluntárias ambientais

Até a década de 70 as informações de caráter ambiental eram quase que inexistentes no Brasil, pois, o ambiente político da época prezava o crescimento econômico, o que se tornavam incompatível com a preservação do meio ambiente, e o território brasileiro era visto como um país rico em recursos naturais, a exemplo a grande extração de madeira (TAVARES; FREIRE, 2003).

No Brasil não há leis que obriguem a divulgação de informação de caráter ambiental, mas muitas a elaboram com base no retorno esperado, como a imagem da empresa perante o mercado, conseqüentemente a imagem perante aos novos investidores, o aumento da liquidez das ações, dentre outros (COELHO *et al.*, 2013).

Conforme o estudo de Calixto, Barbosa e Lima (2007) que analisou evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005, os motivos aos quais levam as companhias brasileiras a divulgarem informações voluntárias de caráter ambiental, é sua relação com o mercado internacional, relação refletida também na qualidade da informação que foi identificada com potencial superior as demais.

Segundo Bem (2005) citado por Gubiani, Santos e Beuren (2010), os órgãos fiscalizadores que tem por finalidade a preservação do meio ambiente, sustentabilidade para gerações posteriores, como por exemplo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), são um dos motivos que levam a empresa, a divulgação voluntaria ambiental.

Segundo Calixto, Barbosa e Lima (2007), as razões que conduzem as empresas a adotarem políticas relacionadas a uma gestão ambiental ativa, são aquelas que foram impulsionadas pelo ambiente externo, ou por razões institucionais. De outro modo, a divulgação de informação voluntária ambiental ressalta que, a imagem passada ao mercado consumidor é melhorada quando se têm envolvido questões ambientais.

Observando as questões ambientais, as quais são relatas em relatórios da administração ou de sustentabilidade, observamos que as informações referentes ao custo que são consideradas informações voluntárias ambientais, tais relatórios podem conter valores referentes a essa informação, pois representam em valores o empenho e a preocupação da

entidade em recuperar e preservar áreas assim, atingidas pela operacionalidade da empresa (ROVER; BORBA; BORGET, 2008).

Ainda conforme Rover, Borba e Borget (2008), que apresentaram em sua pesquisa informações na qual se identificou que algumas empresas gastam mais de 2,5 milhões de reais em recuperação de áreas, um valor significativo considerado um custo referente aos danos causados pela empresa ao meio ambiente.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

3.1 Classificação da pesquisa

Conforme Gil (2002), esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa exploratória, pois utiliza-se de ideias já elaboradas como base de investigação, e com isso poder formular novas hipóteses, e que posteriormente sirva como base de novas pesquisas. Neste mesmo pensamento, a pesquisa tem por base ser bibliográfica, pois utiliza como forma de coleta de dados pesquisas já desenvolvidas, como livro, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e dissertações relacionadas ao tema (GIL, 2002).

Ainda conforme Gil (2002), a pesquisa utiliza-se do método dedutivo, pois parte de teorias, princípios e leis consideradas verdadeiras, e a técnica de coleta de dados será indireta, pois irá analisar as demonstrações contábeis, relatórios financeiros, e relatórios socioambientais e de sustentabilidade, divulgados através do sítio BM&FBovespa, e através dos sítios das próprias empresas abordando uma análise qualitativa-quantitativa, onde serão coletados os dados e tratados, ao ponto que sejam realizadas análises mais detalhadamente (GIL, 2002).

3.2 População, amostra e período de estudo

Serão analisadas as empresas listadas na BM&FBovespa, do setor não cíclico, do subsetor de produtos de uso pessoal e de limpeza, do segmento de uso pessoal (classificação está, feita pela própria BM&FBovespa), composto somente pela empresa NATURA COSMÉTICOS S.A., no período de 2009 a 2013, a partir de relatórios contábeis, financeiros, socioambientais, e de sustentabilidade, divulgados pela empresa no sítio da BM&FBovespa e da própria empresa.

Conforme Rover *et al.* (2008), o segmento de uso pessoal está entre os setores de alto impacto ambiental, classificado conforme Lei 10.165/2000, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente relacionado às atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Conforme Oliveira (2001), por ser uma pesquisa, a qual, abrange uma ampla coleta de

dados, será refletida pelo estudo e julgamento do pesquisador, seja por relatórios listados na BM&FBovespa, relatórios da administração, ou relatórios de sustentabilidade. A pesquisa é identificada como não probabilística intencional, pois se limita as empresas listadas na BM&FBovespa não podendo assim, abranger as empresas menores ou que não estejam listadas na BM&FBovespa.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Segundo Ferri e Leal (2011), a coleta de dados foi considerada da bibliográfica indireta, pois se utilizou de documentos já elaborados por outros autores em pesquisas anteriores e documentos já elaborados pelas empresas analisadas, e posteriormente extraiu dados que serviram com fatores integrantes para a obtenção dos resultados apresentados no capítulo 4.

O instrumento de coleta de dados que deu base para a formulação dos resultados apresentados nesta pesquisa foi elaborado por Rover *et al.* (2008). Para melhor visualização, a referida autora dividiu as informações em 8 categorias:

- Políticas ambientais: Declaração das políticas, práticas, ações atuais e futuras; estabelecimento de metas; obediência normas e leis; premiações; e participações em índices ambientais (sustentabilidade).
- Sistema de gerenciamento ambiental: Certificação ambiental (ISO's 9000 e/ou 14.000, EMA etc.); auditoria ambiental, descrição das práticas de gestão ambiental.
- Impactos dos produtos e processos: Desperdícios; resíduos; processo de acondicionamento; reciclagem; desenvolvimento de produtos ecológicos; impacto na área de terra utilizada; odor; reutilização da água; vazamentos e derramamentos; reparo a danos ambientais.
- Energia: Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; utilização de materiais desperdiçados; aumento da eficiência energética, preocupação com falta de energia; desenvolvimento de novas fontes.
- Informações financeiras ambientais: Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações; utilização de materiais desperdiçados; aumento da eficiência energética, preocupação com falta de energia; desenvolvimento de novas fontes.
- Educação, pesquisa e treinamento: Educação e treinamento ambiental (internamente e/ou comunidade); pesquisas relacionadas ao meio ambiente.

- Mercado de crédito e carbono: Projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL); créditos de carbono; emissão de gases do efeito estufa (GEE); certificados de emissões reduzidas (CER).
- Outras informações ambientais: Menções sobre sustentabilidade; gerenciamento de florestas; conservação da biodiversidade; relacionamento com *stakeholders*.

Utilizando-se destas categorias elaboradas e segregadas por Rover *et al.* (2008), essas categorias foram resumidas no Quadro 1.

CATEGORIAS AMBIENTAIS	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Políticas Ambientais					
2 - Sistemas de Gerenciamento Ambiental					
3 - Impactos dos Produtos e Processos					
4 – Energia					
5 - Informações Financeiras Ambientais					
6 - Educação, Pesquisa e Treinamento					
7 - Mercado de Créditos de Carbono					
8 - Outras Informações Ambientais					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 1: Instrumento de coleta de dados de informações ambientais voluntárias.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

Conforme Rover *et al.* (2008), serão apresentados a seguir os quadros para cada índice de cada categoria ambiental.

No Quadro 2 foi apresentada a categoria ambiental de políticas ambientais e suas subcategorias.

1 Políticas ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
1.1 Declaração das políticas/práticas atuais e futuras					
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais					
1.3 Declarações de que a empresa está em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais					
1.4 Parcerias ambientais					
1.5 Prêmios e participações em índices ambientais					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 2: Evidenciação de políticas ambientais.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No quadro 3 foi apresentada a categoria ambiental de Sistema de Gerenciamento juntamente com suas subcategorias.

2 Sistema de gerenciamento	2009	2010	2011	2012	2013
2.1 ISO's 9000 e/ou 14.000 futuras					
2.2 Auditoria Ambiental					
2.3 Gestão ambiental					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 3: Evidenciação de sistema de gerenciamento ambiental.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 4 foi demonstrada a categoria de Impactos dos Produtos e Processos, bem como suas subcategorias.

3 Impactos dos Produtos e Processos	2009	2010	2011	2012	2013
3.1 Desperdícios / Resíduos					
3.2 Processo de Acondicionamento (Embalagem)					
3.3 Reciclagem					
3.4 Desenvolvimento de Produtos Ecológicos					
3.5 Impacto na Área de Terra Utilizada					
3.6 Uso Eficiente / Reutilização da Água					
3.7 Vazamentos / Derramamentos					
3.8 Reparos aos danos ambientais					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 4: Evidenciação de impactos dos produtos e processos.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 5 foi apresentada a categoria de evidenciação das Políticas de Energia e suas subcategorias.

4 Energia	2009	2010	2011	2012	2013
4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energia nas operações					
4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia					
4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia					
4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 5: Evidenciação acerca das políticas de energia.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 6 foi demonstrada a categoria de evidenciação das Informações Financeiras Ambientais acompanhadas de suas subcategorias.

5 Informações Financeiras Ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
5.1 Investimentos Ambientais					
5.2 Custos/Despesas Ambientais					
5.3 Passivos/Provisões Ambientais					
5.4 Práticas Contábeis de Itens Ambientais					
5.5 Seguro Ambiental					
5.6 Ativos Ambientais tangíveis e intangíveis					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 6: Evidenciação de informações financeiras ambientais.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 7 foi demonstrada a categoria Educação, Pesquisa e Treinamento, bem como, suas subcategorias.

6 Educação, Pesquisa e Treinamento	2009	2010	2011	2012	2013
6.1 Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)					
6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 7: Evidenciação da categoria educação, pesquisa e treinamento ambiental.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 8 foi apresentada a categoria Mercado de Créditos de Carbono e suas subcategorias.

7 Mercado de Créditos de Carbono	2009	2010	2011	2012	2013
7.1 Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)					
7.2 Créditos de Carbono					
7.3 Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)					
7.4 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 8: Evidenciação da categoria mercado de créditos de carbono.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

No Quadro 9 foi demonstrada a última categoria a ser analisada denominada de Outras Informações Ambientais, seguida por suas subcategorias.

8 Outras Informações Ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
8.1 Qualquer menção sobre Sustentabilidade					
8.2 Gerenciamento de Florestas/Reflorestamentos					
8.3 Conservação da biodiversidade					
8.4 <i>Stakeholders</i>					
TOTAL ATINGIDO					
TOTAL POSSÍVEL					

Quadro 9: Evidenciação de outras informações ambientais.

Fonte: Rover *et al.* (2008), adaptado pelo autor, 2015.

Para cada categoria foi apurado o total de pontos atingidos e também o total de pontos possível de serem atingidos, sendo que para cada divulgação foi atribuído uma pontuação igual a 1, e para cada informação não divulgada foi atribuído uma pontuação igual a 0.

3.4 Análise de dados

Dentre os resultados apresentados pelo instrumento de coleta de dados foram aplicados o sistema binário, análise de conteúdo e o quartis.

Conforme Almeida (2013), o sistema binário é composto de dois números 0 e 1, onde o “valor do algarismo é duas vezes maior que o algarismo a sua direita”, mediante esta teoria, o sim é representado pelo número 1 e o não representado por 0. Assim, para cada resposta “sim” (informação divulgada), será atribuído o valor 1, e para cada resposta “não” (informação não divulgada), será atribuído o valor “0”.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica denominada análise de conteúdo, que segundo Junior e Carvalho (2005), tem por finalidade o estudo de registro passados, como texto, documentos, ou até mesmo a fala e vídeo, visando que a pesquisa detém de análise de documentos, relatórios e informações divulgadas.

Após a coleta de dados e apuração dos percentuais de divulgação baseado no instrumento de coleta de dados, estes percentuais foram classificados de acordo com a qualidade utilizando quartis. Segundo Bisquerra, Sarriera e Martínez (2004, p. 58), “o quartis é dividido em quatro partes de 25% cada, onde abaixo de 25% é identificado o primeiro quartil, o segundo quartil acima de 25% até 50%, o terceiro quartil abaixo de 75%, e o quarto quartil al 100%”.

Conforme Caixeta (2013), Aranha e Dias (2013) os índices classificados receberam as seguintes especificações: primeiro quartil é conceituado como “deficiente”, o segundo quartil conceituado como “razoável”, o terceiro quartil recebeu o conceito de “satisfatório”, e o quarto quartil conceituado como “bom”.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A pesquisa utilizou para coleta de dados as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), Relatórios de Administração (RA), Relatórios de Sustentabilidade (RS) e *web site* da empresa analisada, sendo que a maioria das informações foram encontradas no sítio da BM&FBovespa e também da própria companhia.

Os acessos foram realizados no período de Agosto a Outubro de 2015 e teve como intuito buscar informações ambientais, divulgadas de forma voluntária pela empresa, nos relatórios contábeis e também, nos *web sites* da mesma.

4.1 Análise dos dados

Nos cinco anos que foram pesquisados, analisou-se as Demonstrações Financeiras da entidade, Relatório da Administração e principalmente Relatórios de Sustentabilidade.

Através da análise da empresa NATURA COSMÉTICOS S.A., pode-se observar que foram evidenciados um total de 117 itens de acordo com o instrumento de coleta de dados, dentre os 185 pontos totais possíveis, e destes 117 pontos apurados no total, assim foram distribuídos, 22 pontos em 2009, 20 pontos em 2010, 21 pontos em 2011, 24 pontos em 2012 e 30 pontos em 2013. Sendo assim, é possível verificar a evolução do percentual de divulgação conforme Gráfico 1.

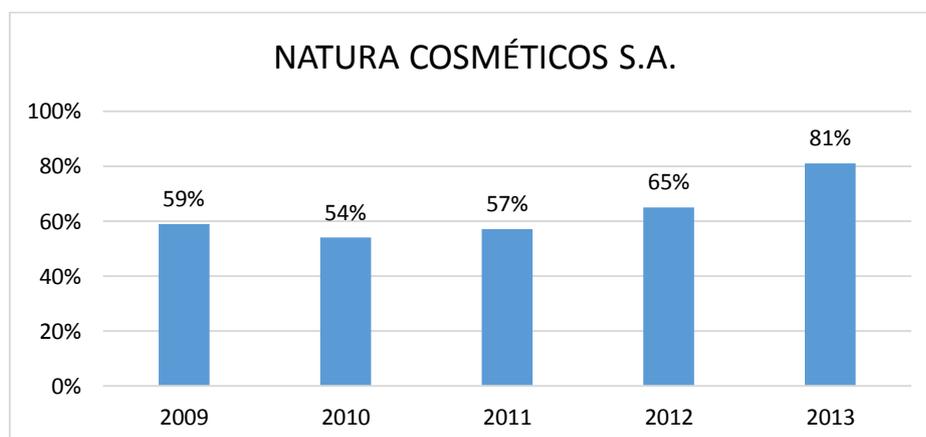


Gráfico 1: Percentual de divulgação de informações ambientais por pontuação.
Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Observa-se que dos dados analisados, houve uma queda no percentual de quesitos divulgados de 2009 para 2010, caindo de 59% para 54%, porém após 2010, este percentual passou a crescer, alcançando 57% em 2011, 65% em 2012 e 81% em 2013. Em 2013, a empresa divulgou 30 quesitos dentre os 37 quesitos possíveis.

4.1.1 Análise de Divulgação por categoria ambiental

No quadro 10, foi apresentada de forma sintética a quantidade de divulgação por pontuação e por percentual de cada ano e de cada categoria ambiental, em conformidade com a métrica adotada. A forma analítica de cada categoria divulgada seja por pontuação ou percentuais está disposta nos Apêndices A, B, C, D, E, F, G e H.

ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Políticas Ambientais	4	3	3	4	5
2 - Sistemas de Gerenciamento Ambiental	2	2	2	3	3
3 - Impactos dos Produtos e Processos	4	4	3	5	7
4 – Energia	2	2	2	2	3
5 - Informações Financeiras Ambientais	2	2	4	2	3
6 - Educação, Pesquisa e Treinamento	2	2	2	2	2
7 - Mercado de Créditos de Carbono	2	2	3	3	3
8 - Outras Informações Ambientais	4	3	2	3	4
TOTAL DE PONTOS ATINGIDOS	22	20	21	24	30
TOTAL DE PONTOS POSSÍVEIS	37	37	37	37	37
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	59%	54%	57%	65%	81%

Quadro 10: Divulgação das categorias ambientais analisadas por ano

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Percebe-se através dos dados apresentados no Quadro 10 que entre os anos 2010 e 2013, houve aumento do percentual de divulgação pela empresa, e as categorias ambientais responsáveis por esse aumento foram:

- I. Políticas Ambientais, que em 2010 divulgou apenas 3 itens e em 2013 passou a divulgar 5 itens.
- II. Sistemas de Gerenciamento Ambiental, que em 2010 divulgou 2 itens e em 2013 divulgou 3 itens.
- III. Impactos dos Produtos e Processos, que em 2010 divulgou 4 itens e em 2013 passou a divulgar 7 itens, mesmo tendo divulgado um item a menos em 2011, ou seja, 3 itens, se comparado a 2010.
- IV. Energia, que em 2010 divulgou 2 itens e em 2013 passou a divulgar 3 itens.

V. Informações Financeiras Ambientais, que em 2010 divulgou 2 itens e em 2013 passou a divulgar 3 itens, entretanto, se compararmos o ano de 2010 com 2011, nota-se que neste último ano, a empresa divulgou 4 itens, e que no ano 2012, recuou em termos de divulgação evidenciando apenas 2 itens.

VI. Mercado de Créditos de Carbono, que em 2010 divulgou 2 itens e em 2013 passou a divulgar 3 itens.

VII. Outras Informações Ambientais, que em 2010 divulgou 3 itens e em 2013 aumentou essa divulgação para 4 itens, entretanto, comparando o ano de 2010 com o ano 2011, nota-se que houve um recuo, porque a empresa divulgou apenas 2 itens.

A única categoria que não apresentou evolução positiva, ou seja, aumento nos itens e percentuais de divulgação foi a Educação, Pesquisa e Treinamento.

Nota-se ainda, que os percentuais de divulgação quando se compara o ano 2009 com os demais, este ano apresenta um percentual de divulgação maior que os anos 2010 e 2011. Isso se deve ao fato de que nas categorias:

I. Políticas Ambientais (foram divulgados 4 itens em 2009 e 3 itens nos anos 2010 e 2011).

II. Impactos dos Produtos e Processos (foram divulgados 4 itens nos anos 2009 e 2010, e 3 itens no ano 2011).

III. Outras informações Ambientais (foram divulgados 4 itens no ano 2009, 3 itens no ano 2010 e 2 itens no ano 2011).

Observa-se que as reduções nos percentuais de divulgação devem-se ao fato de que alguns itens foram divulgados em determinado ano e nos anos seguintes não, como é caso, por exemplo, da categoria Políticas Ambientais, o item que analisa se a empresa divulga a declaração das políticas/práticas atuais e futuras, ou seja, declara a sua preocupação com relação a medidas que estão sendo efetuadas e o plano de ação para o futuro com relação ao meio ambiente, assim, a não divulgação pode ser entendida como a falta de preocupação com a preservação ou restauração do meio ambiente. É interessante ressaltar, pois a empresa não divulgou este item nos anos 2010, 2011, 2012 e 2013, e apesar de não divulgar tal item descreve que ganhou prêmios e participações e índices ambientais no ano 2013.

Na categoria de Sistema de Gerenciamento, o que pode ser considerado como positivo foi o fato da empresa nos anos 2009, 2010 e 2011 declarar que não submetia os seus relatórios ambientais a auditorias ambientais, entretanto, nos anos 2012 e 2013 a empresa passou a

submeter seus relatórios ambientais à auditoria, o que traz aos usuários uma certificação de que as informações fornecidas são confiáveis e transparentes.

Na categoria Impactos dos Produtos e Processos, três itens chamaram atenção: a) A empresa não divulgou se havia em suas operações Processo de Acondicionamento (Embalagem) nos anos 2009, 2010 e 2011, e a partir do ano 2012 e 2013, ela declara que este processo é feito em suas operações; b) A NATURA S.A., não divulgou nenhuma informações a respeito dos vazamentos ou derramamentos em suas operações em nenhum dos anos analisados; c) No item que se verificou a empresa declara se faz reparos aos danos ambientais, somente nos anos 2012 e 2013, essa informação é divulgada, levando ao entendimento de que nos anos 2009, 2010 e 2011 não havia medidas para reparos aos danos ambientais cometidos pela empresa. No entanto, essa análise deve ser feita com cuidado, pois, a empresa simplesmente pode ter optado por não divulgar a informação, o que é diferente de ter feito ou concluído o item analisado, pois nesta pesquisa, foram tratadas apenas informações voluntárias.

Já na categoria de Energia, a empresa não divulga nenhuma informação sobre a utilização de materiais desperdiçados na produção de energia nos anos analisados, e divulgou que somente a partir de 2013, o item desenvolvimento de novas fontes de energia foi atendido, porém, a partir da coleta de dados não foi suficientemente possível verificar a existência de pesquisas ou até mesmo desenvolvimento sobre novas fontes de energia, pois, trata-se de informações voluntárias, e a administração da empresa pode simplesmente optar por não divulgar estas informações, por vários motivos, como por exemplo, achar irrelevante, ou o custo da informação superar o seu benefício.

Na categoria de Informações Financeiras Ambientais, os itens seguro ambiental e ativos ambientais tangíveis e intangíveis não tiveram informações divulgadas em nenhum dos anos analisados, isso pode ser explicado pelo fato da empresa não ter contratos de seguros ambientais e também não ter registrado em seus demonstrativos nenhum ativo ambiental seja tangível ou intangível, e por isso a empresa optou por não divulgar inclusive a informação que não tenham estes itens.

Para a categoria de Mercado de Créditos de Carbono, a empresa não divulgou nenhuma informação a respeito de ter ou não projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), no entanto, não se pode afirmar que a empresa não tenha tais projetos somente pelo fato dela não divulgar essa informação.

Na categoria de Outras Informações Ambientais, a Natura S.A. divulga no ano de 2009 que faz o gerenciamento de Florestas e Reflorestamentos, no entanto, nos anos 2010, 2011, 2012 e 2013, ela passa a não divulgar esta informação, assim, a falta dessa informação pode

levar os usuários a acreditarem que a empresa não se preocupa com as florestas ou reflorestamentos, porém, deve-se atentar que por ser informações voluntárias a empresa pode ter esse gerenciamento de florestas e reflorestamentos, no entanto, apenas decide não divulgá-lo.

4.1.2 Classificação dos percentuais de divulgação voluntária ambiental por quartis

Através de cálculos foi possível chegar aos limites de cada quartil, levando isto em consideração, a classificação de acordo com os quartis, se dá conforme pode-se verificar no Quadro 11.

Quartil	Percentual de Divulgação	Classificação
1º	0% a 50%	Deficiente
2º	51% a 67%	Razoável
3º	68% a 96,75%	Satisfatório
4º	96,76% a 100%	Bom

Quadro 11: Definição dos limites dos quartis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Sendo assim, depois de realizada a definição de cada limite de quartil, é possível classificar a empresa NATURA COSMÉTICOS S.A. conforme disposto no Quadro 12.

Empresa	2009	2010	2011	2012	2013
NATURA COSMÉTICOS S.A.	Razoável	Razoável	Razoável	Razoável	Satisfatório

Quadro 12: Classificação por quartis.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Como pode-se observar, no Quadro 12, em 2009 a empresa NATURA COSMÉTICOS S.A. foi classificada como “Razoável” divulgando 59% dos quesitos analisados, nos três seguintes anos, que são os de 2010, 2011 e 2012, manteve-se a classificação no mesmo quartil, com 54%, 57% e 65% dos quesitos divulgados, respectivamente, portanto, ainda foi classificada como “Razoável”. Já no ano de 2013, a empresa analisada atingiu seu maior índice de divulgação, chegando a 81% dos quesitos divulgados, classificando-se assim como “Satisfatório”.

5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Quanto às limitações da pesquisa, é válido destacar que esta pesquisa se limitou a realizar a análise binária da informação, ou seja, uma análise quantitativa, onde só foi observado se a empresa divulgou ou não o quesito analisado, não realizando assim uma análise qualitativa da informação.

Outro ponto a ser destacado, ainda quanto às limitações da pesquisa, está no fato da subjetividade do pesquisador na classificação dos dados, onde só foi considerada como “Sim” as informações completas em conformidade com a métrica adotada. As informações que não estavam completamente de acordo com a métrica adotada foram consideradas “Não”.

Por se tratar de informações voluntárias, ou seja, a administração da empresa divulga se quiser, e geralmente analisando o custo benefício da divulgação da informação, nesta pesquisa não podemos afirmar que a empresa não tem responsabilidade socioambiental, pois ela pode ter projetos e gastos com tais projetos e simplesmente decidir não divulgar tais informações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o índice de evidenciação de informações voluntárias ambientais das empresas brasileiras do segmento de uso pessoal listadas na BM&FBOVESPA. Para chegar aos resultados, foram analisados Demonstrações Financeiras Padronizadas, Relatórios de Sustentabilidade, Relatório da Administração e Web sites, do período de 2009 a 2013.

Nos cinco anos pesquisados, foram analisadas Demonstrações Financeiras, Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios da Administração da empresa NATURA COSMÉTICOS S.A., através desta análise foi possível verificar que foram divulgadas 117 subcategorias entre as 185 subcategorias possíveis no tocante às questões ambientais.

Foi possível também, verificar que no ano de 2009 houve um número maior de divulgações que no ano de 2010, e após o ano de 2010, esse número de divulgações veio crescendo cada vez mais, atingindo 30 subcategorias divulgadas das 37 subcategorias possíveis no ano de 2013.

Tratando das porcentagens relativas aos anos analisados, houve uma queda do ano de 2009 para 2010, caindo de 59% para 54%, posteriormente a 2010, este percentual de divulgação veio crescendo, sendo 57% em 2011, 65% em 2012, e em 2013 alcançou o maior percentual de divulgação, alcançando 81% de quesitos divulgados.

Como este assunto tem elevada importância para a sociedade, visto que há cada vez mais pessoas preocupadas com os dados ambientais de alguns segmentos, principalmente dos altamente poluidores, verifica-se cada vez mais, a necessidade que o mercado tem de obter informações das empresas, de suas ações para com o meio ambiente. Sendo a divulgação dessas informações através de Demonstrações Financeiras, Relatórios da Administração, Relatório de Sustentabilidade, entre outros, uma forma das empresas demonstrarem que são socialmente corretas, e que está preocupado com o bem-estar futuro da humanidade.

Perante isso, é possível sugerir os seguintes temas para a realização de futuras pesquisas:

- Realizar análise qualitativa da divulgação de informações voluntárias ambientais das empresas do segmento de uso pessoal listadas no sítio da BM&FBOVESPA;

- Realizar pesquisa comparativa entre as empresas brasileiras e empresas estrangeiras deste mesmo segmento no tocante às divulgações ambientais voluntárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Meire Aparecida de. **Codificando o alfabeto por meio do sistema de numeração binário**. 2013, 57f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Programa de mestrado profissional em matemática em rede Nacional, universidade federal de são Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/39/TDE-2013-10-23T091949Z-5679/Publico/5524.pdf>. Acesso em: 12/05/2015.

ARANHA, José Aparecido Moura; DIAS, Alexandre Menezes. **Construção e aplicação de índices-padrão**. Centro de convenções de Ponta Porã, Ponta Porã, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/ecaeco/article/viewFile/4465/1811>>. Acesso em 12/05/2015.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4. ed., n. 4, vol. 1, jan./jun., 2008.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. **Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS**. Porto Alegre: Artmed, v. 1. p. 256, 2004.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC Nº 1.003/04**, de 19 de agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acessado em 22/04/2015.

BURSZTYN, Marcel. **Ciência, ética e sustentabilidade**. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001274/127492por.pdf>>. Acesso em: 26/03/2015.

BUSCH, Susanna Erica; RIBEIRO, Helena. Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos. **Interfac EHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, vol. 4, n.2, Artigo 1, mai./ago., 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/33/64>>. Acesso em: 08/05/2015.

CABESTRÉ, Sonia Aparecida; GRAZIADEI, Tânia Maria; FILHO, Pedro Polesel. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo destacando os aspectos teóricos- conceituais e práticos. **Revista Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, v.7, n. 13, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/151/142>>. Acesso em: 08/05/2015.

CAIXETA, Aloisio Gomes. **Estimação de índices-padrão por BOOTSTRAP**: um estudo de caso aplicado ao setor de transporte rodoviário interestadual de passageiros. 2013. 50f. Dissertação (Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Regulação e Gestão de Negócios) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cief.unb.br/files/regen/dissertacoes/2011/DISSERTAO_Estimao_de_ndices-padro_por_bootstrap_Aloisio_Caixeta_2013.pdf>. Acesso em: 12/05/2015.

CALIXTO, Laura; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; LIMA, Marilene Barbosa. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade Financeira- USP**, São Paulo, Edição 30 Anos de Doutorado, p. 84-95, jun.; 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a08v18sp.pdf>>. Acesso em: 27/03/2015.

CAMPOS, Taiane Las Casas. Políticas para Stakeholders: um Objetivo ou uma Estratégia Organizacional. **Revista de administração contemporânea- RAC**, v. 10, n. 4, outubro/ dezembro, p. 111-130; 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n4/a06v10n4.pdf>>. Acesso em: 10/08/2015.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista Administração**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=v4304289.pdf>>. Acesso em: 24/04/2015.

COELHO, Fernando Quaresma; OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa; ALVES, Tiago Wickstrom. Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntárias sobre o meio ambiente. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 112-130, jan./mar., 2013. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1290/pdf_47>. Acesso em 11/05/2015.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Conceitual Básico CPC 00 (R1)**. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 10/03/2015.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; RIBEIRO, Maisa de Souza. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração- eletrônica**, São Paulo, v.1, n.1, art.6, jan./jun., 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a6.pdf>. Acesso em 10/05/2015.

DALÉ, Luíse Bispo da Costa; HANSEN, Peter Bent; ROLDAN, Lucas Bonacina. **Análise da incorporação da sustentabilidade em cadeias de suprimentos industriais do RS**. 2010. Disponível em: <http://www.simpoi.fgv.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00180_PCN79997.pdf>. Acessado em: 17/04/2015.

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**, v.2, n.1, p. 22-28, 2008. UNG- Universidade de Guarulhos, Guarulhos, São Paulo. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/viewFile/399/484>>. Acesso em: 22/04/2015.

FERRI, Cássia; LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **A pesquisa e o ensaio**. Produção acadêmico-científica. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, ano 7, n. 9, 2011. Disponível em: <http://www.univali.br/vida-no-campus/biblioteca/Documents/caderno_9.pdf>. Acesso em: 11/05/2015.

FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro Machado; ZYLBERSZTAJN, Décio. A empresa socialmente responsável: o debate e as implicações. **Revista de administração**, v. 38, n.3, p. 242- 254, julho/ agosto/ setembro, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1133>. Acesso em: 11/08/2015.

FILHO, José Carlos Lázaro da Silva. Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, vol. 5, n. 2, mai./ago., 2007. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/37/32>>. Acesso em: 07/05/2015.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; ENSSLIN, Sandra Rolim. **Evidenciação estratégica dos pilares da sustentabilidade empresarial**: investigação no relatório da administração das empresas que compõem o ISE. 2008. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/93/93>>. Acesso em: 28/04/2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. Editora Atlas S.A., 4 ed., São Paulo, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. Acesso em: 04/05/2015.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei dos; BEUREN, Ilse Maria. **Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE**. 2010.

Disponível em:

<http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00020_PCN39244.pdf>. Acesso em 10/05/2015.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. São Paulo, 2003.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 10/04/2015.

JUNIOR, Guanis de Barros Vilela; CARVALHO, Anderson dos Santos. **Análise de conteúdo**. 2005. Disponível em: <<http://www.cpaqv.org/epistemologia/analiseconteudo.pdf>>. Acesso em: 12/04/2015.

LASSU - Laboratório de sustentabilidade. **Sustentabilidade**. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://lassu.usp.br/sustentabilidade>>. Acesso em: 03/04/2015.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias de; GOLLO Vanderlei; KLANN, Roberto Carlos. Evidenciação ambiental voluntária de companhias listadas no índice carbono eficiente da BM&FBOVESPA. **RACE- revista de administração, contabilidade e economia**. Unoesc, v. 13, n. 1, p. 329-352, jan./ abr., 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/3757/pdf_15>. Acesso em 24/05/2015.

MEDEIROS, Juliana Carvalho Gonçalves Dias de. **Sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro**: práticas de sustentabilidade adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011. Disponível em:

<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2845/1/2011_JulianaCarvalhoGoncalvesDiasdeMedeiros.pdf>. Acesso em: 22/04/2015.

MIKHAILOVA, Irena. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n.16, 2004. Disponível em:

<<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/eed/article/viewFile/3442/pdf>>. Acesso em: 10/04/2015.

MORAES, Eliene Aparecida de. **Ambiente regulatório e evidência social: uma análise das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA**. 2014, 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UnB/UFPB/UFRN, Brasília, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17106/1/2014_ElieneAparecidaDeMoraes.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

MOREIRA, Nayara Batista; FILHO, José Maria Dias; GOMES, Sônia Maria da Silva; CONCEIÇÃO, Mirian Gomes. Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambientais na Percepção dos Gestores. **REUNIR - Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, vol.4, n.1, p.62-82, 2014. Disponível em: <<http://150.165.111.246/revistaadmin/index.php/uacc/article/view/188/pdf>>. Acesso em: 24/05/2015.

MUNCK, Mariana Gomes Musetti; SOUZA, Rafael Borim de. Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma framework representativa do agir competente para seu acontecimento. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 4. (2), Edição Especial, dez., p. 147-158, 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v4nspe/v4nspea05.pdf>>. Acesso em: 10/03/2015.

MURCIA, Fernando Dai-Ri. **Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário de companhias abertas no brasil**. 2009. 182f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/pt-br.php>>. Acesso em: 15/03/2015.

Normas Brasileiras de Contabilidade- **NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental**. 2004. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acessado em: 22/04/2015.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. 2005. **RAE - Revista de Administração de Empresas (eletrônica)**, v. 4, n. 1, Art. 2, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf>>. Acesso em: 18/04/2015.

OLIVEIRA, Lucas Rebello de; MEDEIROS, Raffaella Martins; TERRAS, Pedro de Bragança; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Revista Produção**, v. 22, n. 1, p. 70-82, jan./fev., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0007_0245.pdf>. Acesso em: 03/03/2015.

OLIVEIRA, Tânia Modesto Veludo de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração Online**, Prática - Pesquisa – Ensino, vol. 2, n. 3, jul./ago./set., 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 05/03/2015.

ORELLANO, Verônica Ines Fernandez; QUIOTA, Silvia. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, vol. 51, n. 5, set./out., 2011. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902011000500004.pdf>. Acesso em: 07/05/2015.

PEDROSO, Marcelo Caldeira. Casos sustentáveis. **Revista GV-executivo**, vol. 6, n. 2, p. 25-29, mar./abr., 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34555/33361>>. Acesso em: 23/04/2015.

ROVER, Suliani. **Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15042013-133514/en.php>>. Acesso em: 28/04/2015.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Divulgação de Informações ambientais nas demonstrações Contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 2, n. 3, p. 53 - 72 mai./ago. 2008. Disponível em: <www.rco.usp.br/index.php/rco/article/download/39/44>. Acesso em: 06/03/2015.

ROVER, Suliani; TOMAZZIA, Eduardo Cardeal; MURCIA, Fernando Dal-Ri; BORBA, José Alonso Borba. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel. **Revista da Administração**, São Paulo, v.47, n.2, p. 217-230, abr./mai./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v47n2/a05v47n2.pdf>>. Acesso em: 25/04/2015.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGET, Altair. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? **Custos e @gronegocioonline** - v.4, n.1 – Jan./Abr., 2008. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/Custos%20ambientais%20e%20agronegocio.pdf>>. Acesso em 28/08/2015.

RUFINO, Maria Audenôra; MONTE, Paulo Aguiar do. Fatores que Explicam a Divulgação Voluntária das 100 Empresas com Ações Mais Negociadas na BM&Fbovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, setembro/dezembro 2014. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewFile/2435/2102>>. Acessado em: 18/04/2015.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da; YOSHINAGA, Claudia Emiko; BORBA, Paulo da Rocha Ferreira. Crítica à teoria dos stakeholders como função-objetivo corporativa. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 33-42, janeiro/março 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36508/39229>>. Acesso em: 11/08/2015.

TAVARES, Carla; FREIRE, Isa Maria. **Perspect. cienc. inf.** Informação ambiental no Brasil: para quê e para quem. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 208-215, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/369/190>>. Acesso em: 09/05/2015.

UNIVERSIDADE DE RIO VERDE. **Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2005. 58f. Disponível em: <http://www.fesurv.br/imgs/norm_pad_elab_trab_acad.pdf>. Acesso em: 02/03/2015.

VAZ, Andréia Carneiro; GONÇALVES, Rodrigo de Souza; NIYAMA, Jorge Katsumi; GONÇALVES, Andréa de Oliveira. Análise comparativa sobre informações voluntárias divulgadas: o social disclosure das empresas latino-americanas listadas na NYSE. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.4, n. 1, art. 3, p. 38-59, jan./abr., 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/147/71>>. Acesso em: 25/03/2015.

VECCHIATTI, Karin. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável do reducionismo à valorização da cultura. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 18. (3), p. 90-95, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24782.pdf>>. Acesso em: 12/05/2015.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

APÊNCIDE A	Divulgação da categoria Políticas Ambientais e suas subcategorias	48
APÊNCIDE B	Divulgação da categoria Sistemas de Gerenciamento Ambiental e suas subcategorias	49
APÊNCIDE C	Divulgação da categoria Impacto dos produtos e processos e suas subcategorias	50
APÊNCIDE D	Divulgação da Categoria Energia e suas subcategorias	51
APÊNCIDE E	Divulgação da categoria Informações Financeiras Ambientais e suas subcategorias	52
APÊNCIDE F	Divulgação da categoria Educação, pesquisa e treinamento e suas subcategorias	53
APÊNCIDE G	Divulgação da categoria Mercado de créditos de carbono e suas subcategorias	54
APÊNCIDE H	Divulgação da categoria Outras informações ambientais e suas subcategorias	55

Apêndice A

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA POLÍTICAS AMBIENTAIS E SUAS SUBCATEGORIAS

1 Políticas ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
1.1 Declaração das políticas/práticas atuais e futuras	1	0	0	0	1
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	1	1	1	1	1
1.3 Declarações de que a empresa está em obediência com as leis, licenças e órgãos ambientais	1	1	1	1	1
1.4 Parcerias ambientais	1	1	1	1	1
1.5 Prêmios e participações em índices ambientais	0	0	0	1	1
TOTAL ATINGIDO	4	3	3	4	5
TOTAL POSSÍVEL	5	5	5	5	5
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	80%	60%	60%	80%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice B

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA SISTEMA DE GERENCIAMENTO E SUAS SUBCATEGORIAS

2 Sistema de gerenciamento	2009	2010	2011	2012	2013
2.1 ISO's 9000 e/ou 14.000 futuras	1	1	0	1	1
2.2 Auditoria Ambiental	0	0	0	1	1
2.3 Gestão ambiental	1	1	1	1	1
TOTAL ATINGIDO	2	2	2	3	3
TOTAL POSSÍVEL	3	3	3	3	3
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	67%	67%	67%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice C

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA IMPACTO DOS PRODUTOS E PROCESSOS E SUAS SUBCATEGORIAS

3 Impactos dos Produtos e Processos	2009	2010	2011	2012	2013
3.1 Desperdícios / Resíduos	0	1	0	1	1
3.2 Processo de Acondicionamento (Embalagem)	0	0	0	1	1
3.3 Reciclagem	1	1	0	1	1
3.4 Desenvolvimento de Produtos Ecológicos	1	1	1	1	1
3.5 Impacto na Área de Terra Utilizada	1	0	1	0	1
3.6 Uso Eficiente / Reutilização da Água	1	1	1	0	1
3.7 Vazamentos / Derramamentos	0	0	0	0	0
3.8 Reparos aos danos ambientais	0	0	0	1	1
TOTAL ATINGIDO	4	4	3	5	7
TOTAL POSSÍVEL	8	8	8	8	8
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	50%	50%	37%	62%	87%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice D

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA ENERGIA E SUAS SUBCATEGORIAS

4 Energia	2009	2010	2011	2012	2013
4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energia nas operações	1	1	1	1	1
4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	0	0	0	0	0
4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	1	1	1	1	1
4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia	0	0	0	0	1
TOTAL ATINGIDO	2	2	2	2	3
TOTAL POSSÍVEL	4	4	4	4	4
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	50%	50%	50%	50%	75%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice E

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA INFORMAÇÕES FINANCEIRAS AMBIENTAIS E SUAS SUBCATEGORIAS

5 Informações Financeiras Ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
5.1 Investimentos Ambientais	1	1	1	1	1
5.2 Custos/Despesas Ambientais	0	0	1	0	1
5.3 Passivos/Provisões Ambientais	0	0	1	0	0
5.4 Práticas Contábeis de Itens Ambientais	1	1	1	1	1
5.5 Seguro Ambiental	0	0	0	0	0
5.6 Ativos Ambientais tangíveis e intangíveis	0	0	0	0	0
TOTAL ATINGIDO	2	2	4	2	3
TOTAL POSSÍVEL	6	6	6	6	6
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	33%	33%	67%	33%	50%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice F

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA EDUCAÇÃO, PESQUISA E TREINAMENTO E SUAS SUBCATEGORIAS

6 Educação, Pesquisa e Treinamento	2009	2010	2011	2012	2013
6.1 Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)	1	1	1	1	1
6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	1	1	1	1	1
TOTAL ATINGIDO	2	2	2	2	2
TOTAL POSSÍVEL	2	2	2	2	2
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice G

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA MERCADO DE CRÉDITOS E CARBONO E SUAS SUBCATEGORIAS

7 Mercado de Créditos de Carbono	2009	2010	2011	2012	2013
7.1 Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)	0	0	0	0	0
7.2 Créditos de Carbono	1	1	1	1	1
7.3 Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	1	1	1	1	1
7.4 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	0	0	1	1	1
TOTAL ATINGIDO	2	2	3	3	3
TOTAL POSSÍVEL	4	4	4	4	4
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	50%	50%	75%	75%	75%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.

Apêndice H

DIVULGAÇÃO DA CATEGORIA OUTRAS INFORMAÇÕES AMBIENTAIS E SUAS SUBCATEGORIAS

8 Outras Informações Ambientais	2009	2010	2011	2012	2013
8.1 Qualquer menção sobre Sustentabilidade	1	1	1	1	1
8.2 Gerenciamento de Florestas/Reflorestamentos	1	0	0	0	1
8.3 Conservação da biodiversidade	1	1	1	1	1
8.4 <i>Stakeholders</i>	1	1	0	1	1
TOTAL ATINGIDO	4	3	2	3	4
TOTAL POSSÍVEL	4	4	4	4	4
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	100%	75%	50%	75%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015.